

UM ELOGIO POLÍTICO:  
CASCAIS VISTO POR FREI NICOLAU DE OLIVEIRA

por José d'Encarnação\*

*Introdução*

Não sendo um especialista da História de Portugal, tenho-me interessado pela história de Cascais, designadamente pelo seu período romano.

Seria, portanto, mais lógico que viéssemos aqui falar — Guilherme Cardoso e eu próprio — das mais recentes descobertas arqueológicas efectuadas, designadamente na *villa* romana de Freiria.

Sucedeu, porém, que já programáramos, com mais antecedência, uma intervenção, em Março, na Associação dos Arqueólogos Portugueses, precisamente sobre as duas campanhas de sondagens ali realizadas, e, por outro lado, na orgânica destas jornadas, ia competir ao Dr. Carlos Fabião fazer o balanço da actividade arqueológica no concelho.

Decidi-me, portanto, pela abordagem de um tema a que já tivera, por várias vezes, ocasião de acenar mas que não explicitara ainda com algum pormenor. Refiro-me ao rasgado elogio que Frei Nicolau de Oliveira faz da região de Cascais. Um elogio amiudadamente citado — é quase ex-libris da Sociedade Propaganda de Cascais —, um elogio que sempre me intrigara, pois não lograra compreender, de imediato, a sua cabal justificação.

---

\* Professor Associado da Universidade de Coimbra.

É esse enquadramento que, hoje, singelamente, aqui venho propôr à nossa comum reflexão. Tentaremos compreender — e desmistificar — o elogio.

Cascais — já por diversas vezes o afirmámos — teve uma história singular.

Foi, durante a Pré-história, a originalidade das necrópoles eneolíticas.

As escavações arqueológicas têm demonstrado a existência, na época romana, de uma população autóctone que cedo se romanizou, embora haja continuado a prestar culto às suas divindades: *Aracus Arantus Niceus, Triborunnis*... inclusive com serviços religiosos organizados.

Durante a ocupação árabe, Ibne Mucane, o cantor dos moinhos de vento.

Na Idade Média... bem, da Idade Média nos falou — com o saber a que já estamos habituados — o Prof. Oliveira Marques.

Depois, foram os Descobrimentos. Apogeu e... declínio.

### 1. *Razões de uma independência perdida*

Nos finais do terceiro quartel do século XVI, diversos factores jogavam nitidamente a favor de Filipe II de Espanha:

1. A maior força do seu exército em relação ao português, impossibilitado, aliás, de se refazer porque o tesouro público se encontrava esgotado;

2. A fama, de que disfrutava, de boa administração e de manutenção da paz interna, tão necessárias ao País;

3. As promessas, que solenemente fizera, de que manteria a soberania plena da Nação, na forma de uma monarquia dual;

4. A hábil diplomacia que movimentara, bem apoiada em «argumentos» financeiros, inteligentemente sugerindo, convencendo, ameaçando, prometendo, subornando...

Desta sorte, a nobreza e o clero «vendem-se»: porque empobrecidos; porque receosos dos tumultos populares suscitados por um D. António oportunista (para os nobres) e moralmente pouco recomendável (aos olhares do clero).

Por seu turno, à grande burguesia apenas se representam as enormes vantagens da união:

a) A protecção contra eventuais turbulências de que inquietantes exemplos alastravam pela Europa: revolução de preços, pobreza crescente...

b) O fortalecimento do sistema financeiro do Estado;

c) As facilidades que lhe adviriam da abertura de novos mercados e da supressão das barreiras alfandegárias.

A independência perde-se, pois, derrotado que foi o Prior do Crato. E o estipulado nas Cortes de Tomar, em Abril de 1581, vem ao encontro dos desejos atrás expressos:

1. Os principais cargos da administração civil, eclesiástica, judicial e da defesa seriam entregues exclusivamente a portugueses;

2. Todas as inovações legais respeitantes a Portugal só poderiam ser decididas em Cortes reunidas em território nacional e constituídas por portugueses;

3. No Império Ultramarino a superintendência caberia a portugueses;

4. A língua oficial, em Portugal, seria o Português;

5. A moeda portuguesa correria separadamente da espanhola, assim como o registo das receitas e despesas;

6. Finalmente, a concessão de terras e rendas em Portugal, apenas seria feita a portugueses.

Sem graves problemas, por conseguinte, este começo da dinastia filipina.

Os primeiros anos correm de feição. No entanto, na segunda década do séc. XVII, a complexidade da governação leva, na

Europa, os monarcas a entregá-la a um primeiro-ministro. Essa é também a atitude tomada por Filipe III de Portugal ao dar plenos poderes ao Duque de Lerma. Acentua-se, pois, cada vez mais, a tendência para a centralização do poder em Madrid.

A dificuldade dos tempos exige despesas crescentes que determinam, por sua vez, sobrecarga de impostos que recaem designadamente sobre os comerciantes em particular e sobre a classe média em geral.

O descontentamento começa a ganhar forma. Para apaziguar os ânimos, o rei passa em Portugal alguns meses de 1619. Não é o bastante, porém.

Recrudescer a *reacção popular*: o sebastianismo, alimentado pelas trovas do Bandarra, conhece novo alento entre 1620 e 1630.

Desesperançados de verem, algum dia, a corte de novo em Lisboa, os *nobres* refugiam-se na província: é a época das *cortes na aldeia* tão bem retratada por Francisco Rodrigues Lobo na sua *Corte na Aldeia*, datada de 1 de Dezembro de 1618 e publicada em 1619, em cuja dedicatória «ao Senhor D. Duarte, Marquês de Frechila e de Malagan» escreve:

«Depois que faltou a Portugal a Corte dos seus sereníssimos reis, ascendentes de V. Excelência, (...), retirados os títulos pelas vilas e lugares do Reino e os fidalgos e cortesãos por suas quintas e casais — vieram a fazer corte nas aldeias e renovaram as saudades do passado com lembranças devidas àquela dourada idade dos Portugueses. E até V. Excelência, que na de Espanha podia avantajarse de toda a sua grandeza, escolheu para morada essa cidade de Évora (...), cujos caídos muros e edificios, desamparados paços e incultos jardins parece que, agradecidos à assistência e favores de V. Excelência, ressuscitam agora. (...)»

E, mais adiante, Rodrigues Lobo chega a considerar que o poderão «julgar por atrevido», uma vez que se propõe tratar de « cousas da Corte », quando nascera numa « idade em que já a de Portugal era acabada »<sup>(1)</sup>.

*Saudades do passado*, de facto, como se diz no texto. Saudades que são prenúncio de uma vontade de regresso — e, neste aspecto, o *ressuscitar agora* de Francisco Rodrigues Lobo assume uma densidade ideológica impressionante. Uns lutarão ainda para que a verdadeira corte, a espanhola (portuguesa), venha mesmo para Lisboa; outros, menos esperançados, vão criando substitutos, tentam manter viva uma chama.

A *reação dos literatos e dos ideólogos políticos* vai ser outra, porém, numa derradeira tentativa de ainda se ganhar algo com a união ibérica: é o enaltecimento da cidade de Lisboa, a quem já André de Resende chamara, em 1573, «a mais célebre de todas as cidades da Hispânia».

## 2. *Frei Nicolau de Oliveira, o elo de uma cadeia*

### 2.1. O elo

Frei Nicolau de Oliveira era religioso da Ordem da Santíssima Trindade. Tendo ido a Sevilha em serviço de cativos, foralhe aí perguntado *se era grande Lisboa*, pergunta que, de certo modo, o ofendeu, pois, em seu entender, ninguém — e muito menos em Espanha — deveria pôr sequer em dúvida a grandeza da sua cidade natal.

Regressado que foi ao convento, já concebera pelo caminho a ideia de responder em letra de forma a tão despropositada questão. E assim nasce o *Livro das Grandezas de Lisboa*, dado à estampa em 1620, dirigido a D. Pedro de Alcáçova, alcaide-mor das três vilas — Campo Maior, Ouguela e Idanha-a-Nova — e comendador das Idanhas, que «tem o padroado da capela do Santíssimo Sacramento, sita neste nosso mosteiro de Lisboa».

Ora, é no capítulo V desse livro (f. 77 v. e seg.) que Frei Nicolau de Oliveira trata «das freguesias, fogos e pessoas que há em cinco léguas ao redor de Lisboa da parte de terra», começam exactamente por Cascais (ff. 78 e 79):

¶ A primeira destas villas, que se nos offerece pera auermos de tratar della, he a notauel villa de Cascaes, sendo a vltima do mundo da parte do Occidente, na qual parece que quis a natureza ajuntar tudo o bom, que ha do Oriente té a mesma villa, dando lhe purísimos, & tēperadísimos ares, de modo que não ha veraõ tam caluroso, que nel la faça sentir grande calma pella vizinhança do mar Oceano Atlantico, que quasi a cerca, & da fresquissima Serra de Sintra, que com frescos, & brandos ventos, ficandolhe da parte da terra, lhe está refrescando o ar, que o Sol com seus rayos aquece. Nêha inuerno tam riguroso, que nella faça sentir grande frio por respeito dos ventos Sul, & Noroeste, que de ordinario naquelle tempo ventaõ, & de si saõ mais brandos que o Norte, & Nordeste do veraõ. E así he a mais çadia terra, que se sabe em Portugal, & em que os homens mais viuem, & mais saõ, & donde de todo está desterrado hum mal, que a tantos confume a vida, que he a malenconia. Sua agoa he certo que quem a bebe fara do mal de pedra, por mais annos, que aja o tenha antes de a beber; & a vizinhança desta Cidade de Lisboa a faz muy prouida de toda a forte de mantimentos, & a da Serra de Sintra & Collares de toda a forte de frutas, así de caroço, & piuide, & de espinho, como de toda a fruta de leite, perdizes, coelhos, galinhas, & frangaõs, & leitoës, & de toda a mais caça, que nas outras partes ha; tendo muito, & bom vinho, azeite pouco, & estremado trigo, & ceuada, inda que pouco. Saõ senhores desta villa os Condes de Monsanto, tem perto de nouecentos vizinhos, repartidos em duas freguesias, das quais a matriz he com titulo da Assumpção de nossa Senhora, & a segunda da Resurreiçãõ, em as quais ha tres mil & quinhentas pessoas. Alem destas duas freguesias tem esta villa em seu districto outra tres, a saber, a freguesia de Alcabedechê, que tem trezentos & sincoenta fogos, & mil & quinhentas pessoas. Saõ Domingos da Rana, que tem cento & sincoenta fogos, & quinhentas pessoas. Carcauelos, que tem cento, & quarenta fogos, & quatrocentas pessoas. Tem mais tres mosteiros, hum na villa de Capuchos Carmelitanos, que tem trinta Religiosos, outro algum tanto apartado da villa de Franciscanos recoleitos com titulo de Sancto Antonio, que tem dezoito Religiosos. O terceiro está mea legoa afastado da villa, que he o fresquissimo Mosteiro de Penalonga de Religiosos da Ordẽ de Saõ Hieronymo, que tem vinte & sinco Religiosos. Tem mais vinte & duas Ermidas de muita deuação, & romagem, & destas ha em todo este circulo de sinco legoas muy grande numero, como o poderá entender quem souber que sô nesta villa, sendo tam pequena, ha vinte & duas.

Por conseguinte, depois de afirmar que, em Cascais, tudo o que é bom se ajuntou, Frei Nicolau de Oliveira começa por falar do clima: temperado (por influência do mar e da serra) e saudável (dá longevidade e alegria de viver).

Louva, em seguida, as virtudes terapêuticas das suas águas: o autor teria em mente, decerto, as termas do Estoril, boas para o tratamento do reumático e da gota, conhecidas de longa data<sup>(2)</sup>, e a fonte do convento da Penha Longa, da Ordem de S. Jerónimo, «cuja água — como escrevera Francisco da Fonseca Henriques<sup>(3)</sup> — gasta com facilidade a bica por onde corre», o que a dava como particularmente indicada para a cura do «mal de pedra, por mais anos que haja o tenha, antes de a beber».

Segue-se a alusão (necessária) à abundância de mantimentos. Estes vêm-lhe, naturalmente, de Lisboa. A fertilidade de Sintra e de Colares é tema dominante nos escritos da época: daí recebe Cascais toda a variedade de frutas — de caroço, pevide, espinho e leite —, criação e caça. Do próprio termo conta a vila com muito e bom vinho (estamos a recordar a tradição vinícola de Carcavelos), algum azeite e, dos cereais, cevada e «estremado» trigo (a tradição cerealífera do quadrante nordeste do concelho...).

Frei Nicolau de Oliveira refere ainda: dados políticos — os actuais senhores da vila, os Condes de Monsanto; dados de índole administrativa — número de vizinhos, as freguesias, a população; informações do foro religioso — mosteiros (dos Capuchos Carmelitas, com trinta religiosos, dos Franciscanos Recolectos, com dezoito, e dos Jerónimos da Penha Longa, com vinte e cinco) e ermidas, vinte e duas, a que, com «muita devoção», os fiéis acorrem em «romagem».

Em síntese:

- excelente clima: bons e saudáveis ares («a mais sadia terra que se sabe em Portugal») que trazem boa disposição e determinam longevidade;
- água boa<sup>(4)</sup>;
- fartura de comida<sup>(5)</sup>;

Um convite, portanto, a que nela se venha viver: acena-se com a longevidade, com a ausência de preocupações — que mais se haveria de querer?

## 2.2 — A cadeia

Frei Nicolau de Oliveira é, todavia, como dissémos, o elo de uma cadeia.

O mesmo tipo de encómio da cidade de Lisboa e seus arredores vamos encontrar noutros autores da sua época.

Escreveu Luís Mendes de Vasconcelos, em 1608, os *Diálogos do Sítio de Lisboa*, que manda imprimir para que mais facilmente chegue às mãos do Rei, a quem garante expressamente: «Esta cidade é mais digna que todas da sua assistência». E acrescenta que poderá demonstrar facilmente, com os *Diálogos*, «quanto convém a esta Monarquia voltar Sua Majestade todo o seu entendimento às causas do mar e que todas se farão melhor com a sua presença». Por isso, Mendes de Vasconcelos se demora na análise da importância estratégica e política da localização de Lisboa, «anteposta, por razão do sítio, a todas as cidades do Mundo», perguntando: «(...) Que cidade teve nunca o Mundo em nenhum tempo que pudesse, como Lisboa, sujeitar grandíssimas províncias?», para concluir: «Não só devemos fazer a Lisboa cabeça do Mundo, mas que — se assim o não fizermos — ofenderemos a Deus, pois não seguimos o intento da Sua providência»<sup>(6)</sup>.

Neste louvor também entra Cascais. Ao referir a facilidade com que Lisboa pode ser defendida de qualquer ataque por via marítima, o soldado explica ao filósofo que a costa de Lisboa tem poucos e ruins desembarcadouros, fáceis, aliás, de defender, «sendo o que lhe fica mais perto o de Cascais, o qual teremos com pouco custo sempre defendido». Foca-se, pois, também, a importância estratégica de Cascais em relação à capital — tema que será outras vezes abordado ao longo da nossa história.

Duarte Nunes de Leão faz, em 1610, uma *Descrição do Reino de Portugal*, dirigida a D. Diogo da Silva, Conde de Sali-



nas e presidente do Conselho da Coroa de Portugal. É obra mui curiosa, cujo carácter encomiástico se detecta de imediato pela simples menção dos títulos de alguns dos seus capítulos: «Da muita hortaliça que há em Portugal» (f. 60), «Das muitas e várias maneiras de frutas que há neste reino» (f. 61 v. — onde não falta a referência a Sintra), «Da fertilidade do reino de Portugal em todas as partes dele» (f. 63), «Do sabor das carnes e frutos de Portugal» (f. 67 v.), «Das muitas cousas ricas que neste reino há, que com razão se podem chamar suas» (f. 69).

Ora, ao referir os portos da costa portuguesa, Duarte Nunes de Leão cita Cascais em primeiro lugar e depois Peniche, Pederneira, Aveiro e Buarcos, sublinhando que outros existem «até ao Minho», notáveis pela abundância e qualidade do peixe: infindas pescadas, cações, lixas, raias, corvinas e outros pescados secos «dos quais se leva muita carregaçã para todo o reino e grande parte de Castela, principalmente do Mediterrâneo dela», pormenor que nos apraz sublinhar porque vem ao encontro do que Cordeiro Pereira nos relatou acerca da passagem por Cascais, nos começos do século XVI, dos barcos que, indo para a Andaluzia, aqui se abasteciam de «refrescos».

Manuel Severim de Faria, por seu turno, publica, em Évora, no ano de 1624, *Discursos Vários Políticos*. Ora, o primeiro discurso (vinte e uma folhas) tem por título «Do muito que importará para a conservação e aumento da Monarquia de Espanha assistir Sua Majestade com sua corte em Lisboa». Lisboa — argumenta Severim de Faria — é de fácil defesa por mar, oferece excelentes condições para o bom provimento e despacho das armadas, apresentando-se, sem dúvida alguma, como muito superior a Madrid; um porto seguro e o mais capaz da Europa, admiravelmente abastecido de mantimentos. E Cascais é, em seu entender, um dos castelos fortísimos que defende a entrada do rio (p. 15 v.); sítio saudável, pleno de deleites:

«Não são menores as recreações da terra nas custosas quintas, ornadas de excelentes casas e fresquíssimos jardins, com que está povoado todo o seu termo. Para o tempo do Verão têm os

reis perto da cidade a estância de Sintra, onde quanto as calmas são maiores tanto mais frios e saudáveis ares correm, dando lugar a se lograrem das montarias dos veados de que aquelas serras estão cheias» (p. 19).

Não nos é difícil encontrar aqui o eco dos argumentos de Frei Nicolau de Oliveira — que seriam, de resto, os argumentos comuns a todos os escritores da época, unidos por este ideal patriótico de salvar, a todo o custo, uma identidade nacional em sério risco de se perder.

### 3. *A independência assumida*

Assim, tal como no dealbar da Revolução Francesa os panfletos, as reuniões «filosóficas» prepararam a mentalidade que aderiria ao movimento revolucionário, tal como, entre nós, o 25 de Abril não teria sido possível sem o prévio trabalho de sapa de muitos escritores e jornalistas, também as ideias veiculadas por Frei Nicolau de Oliveira, Luís Mendes de Vasconcelos, Duarte Nunes de Leão, Manuel Severim de Faria (entre outros), contribuíram, pela negativa, para manter o patriotismo, ao lado das sucessivas edições d'*Os Lusíadas* e das quadras sebastianistas do Bandarra<sup>(7)</sup>, impregnando de descontentamento o clero (Frei Nicolau de Oliveira era... um clérigo), a nobreza (ausência de uma vida de corte) e a burguesia (sobrecarregada de impostos) e chegando também, forçosamente, ao povo — que, esse, quase não precisava de revoluções ideológicas vindas de cima.

Muito se tem escrito ultimamente acerca dessa literatura autonomista que, entre nós, se desenvolveu ao tempo dos Filipes<sup>(8)</sup>. Note-se, porém, como muito bem acentuou Hernâni Cidade<sup>(9)</sup>, que, ao invés do que se preconiza nesta «literatura que podemos qualificar como da resistência» (o. c. p. 284), severamente censurada, aliás, pelo regime<sup>(10)</sup> «esta ideia da mudança da corte para Lisboa, evidenciando os males da ausência dela, igualmente implicava a aceitação do essencial — a dinastia estrangeira no

trono português. Foi esta, durante bastante tempo, a atitude mais comum».

E quando, perdidas as esperanças, também esta ideia esmorecer, o sonho dará lugar, primeiro, ao desalento e só depois à acção. É esse, curiosamente, o desfecho lógico da intriga da peça alegórica dada a conhecer por Maria Luísa Lemos. Trata-se de uma peça escrita verosimilmente entre 1638 e 1639, «cedo de mais para profetizar que uma geração da nobreza jovem, desenraizada do mito sebastianista (porque nascera depois do desastre de Alcácer-Quibir) viria a optar, ante o milagre impossível, pelo pragmatismo da acção» (o. c., p. 71). Nessa «composição dramática» intitulada *Das tribulações que afligiram o Reino de Portugal no ano de 1637*, também Lisboa é personagem e valerá a pena transcrever passagens de algumas das suas falas, tristemente eivadas de todo um saudosismo da idade de ouro:

*«Que valho, pera o que já vali?  
Que gozo, pera o que gozei?  
Que triunfo, pera o que triunfei?  
Que possuo, pera o que possuí?  
Que alcanço, pera o que alcancei?  
Não fui a fermosa dama  
dos meus reis de Portugal,  
a quem os reis do Oriente  
se sujeitavam, pola fama  
de sua coroa real?  
Não fui eu a filha amada  
dos meus reis, por ser perfeita?  
Mas, hoje, desemparrada,  
sou uma triste enteada,  
a rigores mui sujeita!»* (o. c., p. 220).

E, mais adiante:

*«Não há no mundo pessoa  
que não diga que Lisboa  
não é já quem ser soía!»* (o. c., p. 248).

No final, após uma evocação dos áureos tempos da expansão quinhentista:

*«Já não sou merecedora  
de alegres novas ter,  
nem em glórias viver;  
antes, como pecadora,  
devo chorar e gemer!.»* (o. c., p. 275).

Felizmente, essa imagem de um Portugal com «a candeia na mão / pera deste mundo partir!» (o. c., p. 280), não chegou a ser realidade. O povo soube levantar-se a tempo, com eficácia, contra a tirania.

E a história dos levantamentos populares nas vésperas de 1640 não foi, afinal, tão simples como a propaganda oficial espanhola no-la quis fazer crer. O historiador António de Oliveira pôde demonstrar recentemente<sup>(11)</sup> que, por exemplo, a contestação fiscal em 1629 e os levantamentos ocorridos no Algarve, em 1637-1638, obrigaram a severas e insuspeitadas medidas de repressão e abalaram seriamente o poder constituído.

Foi, de facto, a força popular, a sua rebeldia que, ao enquadrar-se perfeitamente no desânimo das classes superiores pelo fracasso da união ibérica, possibilitou a manhã libertadora do 1.º de Dezembro.

## NOTAS

(1) Citado por Teófilo BRAGA, *História da Literatura Portuguesa — III*, Livros de Bolso Europa-América, 445, Mem Martins, 1986, p. 23.

(2) Cf. Francisco da Fonseca Henriques, reproduzido por Ferreira de ANDRADE, *Cascais, Vila da Corte*, Cascais, 1964, p. 141.

(3) *Ibidem*, p. 143.

(4) Repare-se que o autor, no que às águas diz respeito, apenas alude a um dado, o medicinal. Omite, *estrategicamente* diríamos, a referência a outras características que também poderiam interessar — como é o caso da abundância, da leveza — mas que nas citadas águas se não verificam.

(5) Também aqui a omissão do pescado pode causar estranheza. Mas, de facto, outros índices — inclusive os referidos por Oliveira Marques na sua intervenção bem como o documento de 1530-1531 comentado por J. Cordeiro Pereira — apontam para um povoamento predominantemente rural da região, na sequência, aliás, do que se atesta ao tempo dos Romanos.

(6) Sobre o conteúdo desta obra, pode consultar-se a síntese que publicámos na revista «Olisipo», n.ºs 125-126, 1969, p. 37-51.

(7) Sobre Bandarra e o sebastianismo, pode consultar-se, entre outros, José Veiga TORRES, *O tempo colectivo progressivo e a contestação sebastianista*, «Revista de História das Ideias», 6, 1984, 223-258, sobretudo p. 251-258.

(8) Veja-se, por exemplo, Maria Luísa LEMOS, *A literatura autonomista no século XVII, através do códice 29 da Biblioteca Geral da Universidade*, «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», 40, 1985, 1-360, designadamente a p. 16-60.

(9) *A literatura autonomista sob os Filipes*, Lisboa, s.d., p. 224.

(10) Veja-se: António de OLIVEIRA, *A censura historiográfica no período filipino. Uma nota para o seu estudo*, «Revista Portuguesa de História», 22, 1987, 171-184.

(11) *Contestação fiscal em 1629: as reacções de Lamego e Porto*, «Revista de História das Ideias», 6, 1984, 259-300; e *Levantamentos populares do Algarve em 1637-1638. A repressão*, «Revista Portuguesa de História», 20, 1984, p. 1-98 (a separata, com 182 pág., inclui apêndice documental).